

PSP e GNR admitem necessidade de reforço de efectivos e meios nos Açores

Os comandantes regionais da PSP e da GNR nos Açores reconheceram esta quinta-feira a necessidade de reforçar os efectivos e os meios operacionais das forças de segurança no arquipélago, defendendo que esse aumento é essencial para melhorar a capacidade de policiamento e de vigilância nas ilhas.

A posição foi assumida durante uma audição do grupo de trabalho criado pela Assembleia Legislativa dos Açores para avaliar as condições de funcionamento e os recursos das forças de segurança na região, numa reunião realizada em Ponta Delgada.

O superintendente-chefe Hélder Valente Dias, responsável pela coordenação do Comando Regional dos Açores da PSP, admitiu que existe necessidade de aumentar o número de agentes destacados para o arquipélago, embora tenha sublinhado que a situação açoriana acompanha uma realidade transversal ao país.

“Precisamos de reforçar os efectivos policiais na Região Autónoma dos Açores”, afirmou perante os deputados, explicando, contudo, que a falta de agentes não é um problema exclusivo da região.

Segundo o responsável, as dificuldades sentidas pela PSP nos Açores são semelhantes às verificadas noutras regiões autónomas e nos comandos metropolitanos e distritais do continente, refletindo limitações que afectam igualmente outras forças de segurança e vá-



rios sectores da Administração Pública Central.

“A nossa questão é a mesma que em outras regiões, como a Madeira ou como acontece nos comandos metropolitanos e nos comandos distritais. A nossa situação não é isolada do contexto nacional”, declarou.

Apesar da percepção de parte da população açoriana de que existem menos meios de segurança disponíveis no arquipélago, Hélder Valente Dias garantiu que o número de efectivos da PSP tem vindo a aumentar nos últimos anos.

De acordo com o comandante regional, o efectivo policial nos Açores registou crescimento contínuo nos últimos

cinco anos, ainda que de forma gradual. Contudo, explicou que esse reforço não se traduziu numa presença mais visível em várias áreas operacionais, devido à necessidade de afectar agentes a novas funções e responsabilidades entretanto assumidas pela PSP.

“Nos últimos cinco anos, o número de efectivos da Polícia de Segurança Pública na Região Autónoma dos Açores não desceu, cresceu sempre. É certo que moderadamente, mas como aplicamos agentes a novas tarefas, essa subida moderada de agentes nos Açores não se manifestou, de forma evidente, na maior parte das áreas policiais”, referiu.

O responsável acrescentou ainda que o reforço de efectivos está actualmente em fase de planeamento, embora admita que o processo exige tempo e recursos financeiros.

“Esse reforço está a ser equacionado e está a ser planeado e vai acontecer, mas exige tempo, exige concursos e disponibilidade financeira”, afirmou.

Também a comandante territorial da GNR nos Açores, coronel Cláudia Santos, reconheceu a necessidade de aumentar o número de militares destacados para o arquipélago, embora sem avançar números concretos.

“Se é necessário aumentar o número de efectivos, naturalmente, mas isso é necessário na Guarda como em todas as instituições. O que nós estamos a tentar fazer é majorar a capacidade de resposta que damos, com o número de efectivos e com os meios que temos”, declarou durante a audição parlamentar.

A responsável alertou igualmente para limitações ao nível dos meios materiais disponíveis para a vigilância marítima nas ilhas, defendendo a necessidade de reforçar a frota operacional da GNR nos Açores.

Segundo Cláudia Santos, o Comando Territorial dos Açores necessita de mais embarcações para assegurar uma resposta eficaz na fiscalização e vigilância costeira, recordando que, das cinco lanchas actualmente existentes, três encontram-se avariadas e impossibilitadas de presta cabal serviço.

Açores lideram subida dos preços das casas e rendas, com São Miguel a atingir 380 mil euros na compra

Os Açores continuam a destacar-se como uma das regiões mais pressionadas do mercado imobiliário português, registando as maiores subidas anuais do país tanto na compra como no arrendamento de habitação. Os dados constam do Barómetro de Maio de 2026 do Imovirtual, que analisa a evolução dos preços médios anunciados em Portugal.

No mercado de compra, o preço médio nacional fixou-se nos 430.500 euros, representando uma subida residual de 0,1% face a abril e de 3,7% em termos homólogos. Já nas ilhas, a valorização anual atingiu os 22,2%, a mais elevada do país, apesar de uma descida mensal de 23,9%, com o preço médio regional a situar-se nos 220 mil euros.

São Miguel continua a assumir um papel central no mercado açoriano, com o valor médio das habitações a atingir os 380 mil euros. Ainda assim, a ilha registou uma ligeira quebra mensal de 0,7% e uma descida homóloga de 2,6%, contrastando com outras zonas do arquipélago. A Ilha Terceira destacou-se pela forte valorização anual, com os preços a subirem 68,6% para uma média de 290 mil euros.

No arrendamento, a pressão mantém-se particularmente elevada nos Açores. A média regional fixou-se nos 1.150 euros mensais, valor que representa uma subida homóloga de 35,3%, novamente a maior do país. Em São Miguel, as rendas mantiveram-se nos 1.200 euros mensais, mas cresceram 50% face ao mesmo período do ano passado, evidenciando o agravamento do acesso à habitação na principal ilha açoriana.

Estes indicadores refletem uma tendência de forte pressão imobiliária em territórios insulares, onde a oferta disponível continua limitada face à procura. Em concelhos como Ponta Delgada, o aumento dos preços da habitação tem vindo a intensificar-se nos últimos anos, impulsionado pelo crescimento do turismo, pelo investimento imobiliário e pela reduzida disponibilidade de imóveis para arrendamento de longa duração.

A nível nacional, o mercado de arrendamento apresentou sinais de estabilização. O valor médio manteve-se nos 1.300 euros mensais, sem variação face ao mês anterior e com uma descida anual de 3,7%. Lisboa continuou a ser o mercado mais caro do país, apesar



de uma redução mensal de 2,9%, com rendas médias de 1.700 euros.

Já no segmento de compra, algumas regiões começaram a evidenciar arbrandamento após vários meses de valorização contínua. No Norte, por exemplo, os preços recuaram 2,8% em cadeia, enquanto no Centro o crescimento anual ultrapassou os 16%.

Citada no relatório, Sylvia Bozzo considera que “os dados de maio mostram um mercado cada vez mais fragmentado, onde as dinâmicas variam significativamente consoante a região

e o segmento analisado”. A responsável sublinha ainda que os territórios com menor oferta disponível continuam a registar “valorizações muito expressivas”.

Os números agora divulgados confirmam assim que os Açores permanecem entre os mercados imobiliários mais voláteis e pressionados do país, sobretudo em ilhas como São Miguel, onde os preços continuam em níveis historicamente elevados, tanto na compra como no arrendamento.